

## O momento mundial e o campo brasileiro<sup>(\*)</sup>

**E  
D  
I  
T  
O  
R  
I  
A  
L**

As dificuldades financeiras surgiram em todo o mundo. Os capitais escassearam. Observa-se a retração da economia global e as dificuldades de crédito. Boa parte de países definiram medidas econômicas e pacotes de ajuda a empresas de toda ordem. A situação excepcional atravessada desde o final do ano passado prossegue. O governo americano, cujo presidente tomou posse recentemente, obteve urgência na aprovação de novo pacote de 819 bilhões de dólares para evitar a recessão. O governo anterior já havia utilizado 700 bilhões. O mesmo dá-se no Reino Unido e França. Até a pequena Islândia, outrora economia equilibrada, busca proteção no FMI. Enfim, os bancos centrais agiram com presteza no visio de evitar maior colapso na economia. Aqui, também, busca o governo irrigar a economia nacional, utilizando-se de salvaguardas necessárias para a finalidade. Já contemplou alguns setores e provavelmente atenderá a outros. Por sua vez, o setor rural não poderá ser omitido.

No quadro atual da economia aparece a agricultura como participante de boa parte do PIB nacional. Também, não resta dúvida, participa com quase quarenta por cento da exportação nacional. Por isso a ajuda no campo deve ser efetiva. A crise mundial aponta para a diminuição de valor das commodities, ante à redução do poder de compra. Veja-se o petróleo, entre outras. Da mesma forma,

as commodities rurais tendem a baixar de valor ante à diminuição do poder de compra da China e outros adquirentes tradicionais. Trata-se de indicação de mercado e de boa parte dos analistas. Mas, mesmo na hipótese otimista dos preços serem mantidos em bom patamar, ainda assim, o passivo em dívidas da agricultura atinge R\$ 75 bilhões de reais repactuados formalmente com os credores financeiros. Tratam-se apenas das dívidas renegociadas no âmbito da Lei 11.775. Cuidam de 2,8 milhões de contratos. Muitos produtores estão fora desse montante, porquanto devendo para credores diversos, principalmente fornecedores e financeiros. Então, vai daí, que a recente decisão do CMN prorrogando dívidas, entre elas algumas oriundas de contratos ligados a recursos dos Fundos Constitucionais e do FAT, unicamente transfere a quitação para o mês de março. Deve ser lembrado que são dívidas de antigas safras, algumas de 2004.

O enfrentamento da crise financeira mundial no tocante à agricultura nacional, considerando tratar-se de setor fundamental para a economia, passa por medidas de garantia dos preços de comercialização. Geração de renda é fundamental para o resgate da dívida e sobrevivência do profissional do campo. A intervenção governamental deve dar-se nos termos em que a própria Constituição Federal trata da questão. Na mesma linha de entendimento figura a Lei Agrícola. Também determinante na espécie o Decreto-Lei 79/66. O fato é que o governo dispõe

**“O enfrentamento da crise financeira mundial no tocante a agricultura nacional, considerando tratar-se de setor fundamental para a economia, passa por medidas de garantia dos preços de comercialização”**

### EDITORIAL

↳ O momento mundial e o campo brasileiro  
■ Páginas 01 e 02

### EVENTOS

■ Página 02

### PEQUENAS NOTAS

■ Página 05

### FIQUE SABENDO

↳ Cobrança de débitos inscritos na Dívida Ativa da União está suspensa até 31 de março

↳ Preço de fertilizante tem queda de 15% em 2009

↳ Setor avalia investimentos em época de crise

↳ Incidência de INSS sobre aviso prévio indenizado

■ Páginas 02, 03 e 04

### NOTICIA DA CNA

↳ Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio recua pelo segundo mês

■ Páginas 04

### ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 17/02/09

■ Página 05 e 06

## Informativo Semanal



Nº 541

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

**Coordenação e Elaboração:** Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

**Coordenador Geral do Agropacto:** JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

### Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA  
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB  
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos  
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE  
João Hélio Torres D'Ávila - UFC  
João Ribeiro Crisóstomo - Embrapa Agroindústria Tropical  
José Alves Teixeira - BNB  
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

### Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE  
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão  
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba  
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal  
Francisco Férrer Bezerra - FIEC  
Gilson Gondim - C.S. Flores  
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC  
João Teixeira Júnior - UNIVALE  
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite  
Luiz Prata Girão - BETÂNIA  
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE  
Tom Prado - C.S. Fruticultura

### Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

### Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

### Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

### Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

### CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: **Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE**

Telefones: **(0xx85) 3535-8006/3535-8017**

Fax: **(0xx85) 3535-8001**

E-mail: **agropacto@faec.org.br**

Site: **www.agropacto-ce.org.br**

## Continuação

de um verdadeiro arsenal jurídico no sentido de fomentar e garantir a sustentação dos preços rurais. A legislação determina que o campo seja amparado. Trata-se de tema envolvente de interesse nacional, porque não dizer segurança, tal a sua importância. As medidas relativas ao preço de garantia evitam gerar sustentação à produção, considerando-se as tipicidades da lavoura e, mais ainda, a oscilação dos preços internacionais, mormente em produtos dependentes de mercado externo. A questão toda se encerra no cumprimento dos preceitos constitucionais expressos, por si só, indicadores das soluções.

(\*) **Djalma Sigwalt é advogado**

## Eventos

**FENICAFÉ:** No período de 25 a 27 de março corrente, acontecerá em Araguari, em Minas Gerais, a 14ª edição da FENIVAFÉ – XIV Encontro Nacional de Irrigação da Cafeicultura no Cerrado, XII Feira de Irrigação em Café do Brasil e XI Simpósio de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada, uma organização do Núcleo de Cafeicultura Irrigada da Embrapa Café. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefax (34) 3242-8888, E-mail [fenicafe@aca.com.br](mailto:fenicafe@aca.com.br) e pelo site [www.fenicafe.com.br](http://www.fenicafe.com.br)

**Feira:** A TECNOSHOW COMIGO 2009, hoje considerada uma das principais feiras do gênero no País, realizar-se-á no período de 31.03 a 04.04.2009, no Centro Tecnológico COMIGO – CTC, em Rio Verde – Goiás. Referido evento terá mostras de máquinas e equipamentos, animais e veículos; novas tecnologias agropecuárias; circuito ambiental; inúmeras palestras e outras atrações. Informações: telefones (64) 3611-1525 / (64) 9641-2428; e-mail: [comercial@tecnoshowcomigo.com.br](mailto:comercial@tecnoshowcomigo.com.br) e pelo site: [www.tecnoshowcomigo.com.br](http://www.tecnoshowcomigo.com.br)

## FIQUE SABENDO !!!

### Cobrança de débitos inscritos na Dívida Ativa da União está suspensa até 31 de março

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) suspendeu até 31 de março de 2009 a cobrança administrativa e judicial dos débitos inscritos na Dívida Ativa da União (DAU) decorrentes de operações de crédito rural. A decisão foi publicada na última sexta-feira (13/2) no Diário Oficial da União, por meio da portaria nº 157. Também fica suspenso o encaminhamento dos devedores destas operações ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

A portaria contempla apenas as operações transferidas para a Dívida Ativa e segue o que está previsto na Lei 11.775, de 17.09.08, que define medidas para a renegociação dos débitos de produtores rurais de todo o País. Desta forma, a data limite de suspensão fica prorrogada, já que o prazo anterior venceu no dia 31 de dezembro.

Os passivos inscritos na DAU têm condições diferentes dos demais débitos contemplados pela Lei 11.775. A data para os produtores rurais aderirem ao processo de renegociação vale até 30 de junho e o prazo final para liquidação ou amortização da primeira parcela após a repactuação é 30 de dezembro deste ano. No caso da quitação total do saldo devedor, ainda em 2009, haverá descontos de 38% a 70%. Para quem quiser pagar o débito em prestações, os abatimentos sobre o valor da dívida serão de 33% a 65% e os produtores terão dez anos para quitar o passivo, em parcelas semestrais ou anuais.

Para aquelas operações feitas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com exceção do cerrado nordestino, ou no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer II), haverá acréscimo de dez pontos sobre os percentuais definidos pela Lei acima citada, tanto para liquidação ou pagamento parcelado. Desta forma, os descontos poderão chegar a 80%.

## ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

**A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL É OBRIGATÓRIA E ENTRE AS SANÇÕES ESTÁ A COBRANÇA JUDICIAL.**

## FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

### Preço de fertilizante tem queda de 15% em 2009

Os preços dos fertilizantes caíram 15% em janeiro de 2009, em relação a dezembro do ano passado, tendência que deve continuar e permitir maior volume de compra pelos produtores. A informação foi anunciada pelo Presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários, Cristiano Walter Simon, em Brasília.

“Não acredito que haja impacto de preço que venha a penalizar o agricultor nas áreas de fertilizantes, defensivos, medicamentos animais e rações. O agricultor está aproveitando a oportunidade para se abastecer e o momento é bom para isso, pois há poder de troca em relação à soja que está colhendo e o adubo que se pode comprar”, explicou.

A entrega de fertilizantes passou de 24,6 milhões de toneladas, em 2007, para 22,4 milhões de toneladas em 2008. A diferença é resultado da antecipação de compra desses produtos nos nove primeiros meses do ano passado. A produção foi de 8,8 milhões de toneladas e as importações apontaram 15,5 milhões de toneladas.

Também foi ressaltada a importância da utilização do calcário na correção da acidez do solo para melhorar a absorção dos nutrientes pelas plantas e, em consequência, a produtividade. Segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (Abracal), em 2007 a produção de calcário foi de 22,7 milhões de toneladas e, em 2008, de 21,7 milhões de toneladas. A expectativa para 2009 é alcançar 22 milhões de toneladas.

*Programa Nacional de Destinação de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas* - Implementado em 2001, o Brasil tornou-se o líder mundial nesse sistema, ao recolher 95% das embalagens primárias que entram em contato com o defensivo agrícola. O resultado é superior ao alcançado por países como Estados Unidos, Alemanha, França, Japão e Austrália juntos. Durante esses anos já foram recolhidas mais de 150 mil toneladas de embalagens de plástico e metal.

### Setor avalia investimentos em época de crise

O agronegócio precisará investir em três frentes para sair fortalecido da crise: capital humano e pesquisa, tecnologia e infra-estrutura. Nos últimos sete anos, o ritmo de investimentos no setor foi moderado, com a produtividade mantendo-se relativamente estável. Esse desempenho ainda refletia investimentos em tecnologia e capital humano feitos nos anos 90, que se tornaram parcos na década atual. Nesse mesmo período, também foram reduzidos os investimentos em estradas, portos e armazéns nos novos pólos de produção nacional.

Ao contrário do que ocorreu na década de 90, os últimos anos se caracterizaram pela defasagem tecnológica e pela falta de capital humano para superar os desafios do agronegócio, principalmente dentro da porteira da fazenda. No caso da pecuária nacional, o que se vê nas principais áreas de produção de bovinocultura é a necessidade de melhoria no manejo dos animais e, principalmente, de recuperação de pastagens degradadas. Os baixos preços pagos pelo animal, entre 2005 e 2006, e as altas dos insumos – sobretudo de fertilizantes e sal mineral – são as razões mais evidentes para esse quadro. Há urgente necessidade de investimentos na produção pecuária para aumentar a produtividade. É preciso recuperar as pastagens e fazer melhoramento genético do rebanho.

Providências como essas resultariam, em médio prazo ou no período pós-crise, em ganhos de competitividade para o Brasil. Como consequência, os exportadores brasileiros poderão conseguir novos mercados e elevar sua colaboração para a balança comercial. Vale lembrar que o saldo proporcionado pelo agronegócio é que está ajudando o Governo a fazer frente às abruptas oscilações do câmbio neste período de crise. Todavia, é necessário lembrar que a viabilidade dos investimentos depende de oferta de crédito e de remuneração adequada para a atividade.

Neste momento, o volume de crédito é escasso para todos os setores, o que tem elevado as taxas de juros. É possível que, neste cenário, muitos pecuaristas acabem por adiar reformas de pastagens, investimentos na melhora de rebanho e em treinamento de pessoal.

A maioria dos produtores de gado brasileiro vem, desde 2003, sofrendo com custos de produção reajustados bem acima dos preços da arroba. A recuperação verificada desde 2007 aliviou a contabilidade do produtor, mas está longe de compensar os prejuízos de anos anteriores. Assim, o pecuarista está descapitalizado, sem capacidade de investimento próprio e, ao procurar o sistema financeiro, depara-se com a aguda escassez de crédito neste período de crise.

Dados da CNA/Cepea mostram que, desde o início de levantamento de custos, em fevereiro de 2003 até outubro de 2008, o Custo Operacional Total, média Brasil, acumulou alta de 88%. No entanto, no mesmo período, a arroba do boi gordo subiu 56%, o que indica que o setor ainda não recuperou as perdas acumuladas.

**PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural**

# FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

## Incidência de INSS sobre aviso prévio indenizado<sup>(\*)</sup>

Sob o argumento de desestímulo às rescisões contratuais de trabalho, o Governo Federal editou o Decreto nº 6.727/2009, passando o aviso prévio indenizado a ter incidência de INSS.

O aviso prévio indenizado é pago quando a empresa dispensa de imediato o empregado, não havendo a prestação de serviço no intervalo do

Faz algum tempo que a verba incidência de contribuições Previdenciária Social determina que as somas sobre os valores de natureza estando inclusas as verbas de aviso prévio indenizado.

O novo Decreto ampliou a rescisória para as empresas, já que, contratuais de trabalho, a incidência de INSS sobre o aviso prévio indenizado pode causar grandes impactos.

Por seu turno, o empregado também passou a pagar o INSS sobre o aviso prévio sob a alíquota que varia de 8% a 11%, dependendo do seu salário. Portanto, todos saíram perdendo com mais esse desconto exorbitante.

Por fim, é importante destacar que o Decreto em tela fere frontalmente a Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho – TST, que tem pacificado que o aviso prévio indenizado não pode ser considerado para fins de tributação.

*“O novo Decreto ampliou a arrecadação federal e onerou o processo rescisório para as empresas”*

aviso prévio.

trabalhista em discussão não sofre a previdenciárias, pois o Regulamento da contribuições previdenciárias incidam remuneratória pagas ao trabalhador, não natureza indenizatória, como é o caso do

arrecadação federal e onerou o processo dependendo da quantidade de rescisões

<sup>(\*)</sup> Elizabeth Mesquita, Assessora Jurídica da CDL de Fortaleza

**N  
O  
TÍ  
C  
I  
A  
D  
A  
C  
N  
A**

## Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio recua pelo segundo mês

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro caiu 0,42% em novembro de 2008, seguindo tendência verificada em outubro, quando registrou recuo de 0,88%.

Foi o segundo mês consecutivo de queda no crescimento do setor, embora o agronegócio ainda acumule 6,15% de expansão no ano. Segundo análise da Confederação da Agricultura

e Pecuária do Brasil (CNA), os dados da estimativa CNA/Cepea/USP revelam que a capacidade de reação do setor para o segundo semestre dependerá da manutenção do câmbio desvalorizado, rolagem satisfatória das dívidas e recuperação do capital de giro próprio dos produtores. Para tanto, os preços internacionais de *commodities* agropecuárias precisam ficar em torno do nível atual, sem maior aprofundamento da recessão no resto do mundo. Novamente, em novembro, a queda nas lavouras e a retração no segmento primário da agricultura contribuíram fortemente para o recuo de 0,75% dentro da porteira do agronegócio, embora no acumulado do ano o setor agrícola ainda registre crescimento de 5,01%. No segmento de insumos, os volumes comercializados de adubos e fertilizantes seguiram em queda, mas foram mantidos os altos níveis de preços alcançados em 2008.

O agronegócio da pecuária também registrou queda. Apesar de manter taxas positivas, cresceu apenas 0,38% em novembro. Quanto aos insumos da pecuária, as rações registraram perda no ritmo de expansão dos preços, acompanhada por retrações também nas vendas. O menor crescimento do volume médio anual das lavouras, de 5,24% ao ano em novembro, contra 6,46% ao ano em outubro, combinado com a desaceleração nos preços (9,25% ao ano em novembro, contra 10,99% ao ano em outubro) resultou em perda de ritmo na expansão no faturamento médio das lavouras. As lavouras de arroz, cacau, cebola, feijão e soja continuaram com os preços em aceleração, enquanto trigo e tomate destacaram-se pela expressiva expansão quantitativa. Para a CNA, a desvalorização elevada do real já se reflete na recuperação de preços para os segmentos de soja e milho. A expectativa é de que, a partir do plantio da safrinha, os sinais de queda de atividade possam começar a reverter.

Após desacelerar em outubro, o segmento primário da pecuária voltou a expandir, melhorando sua performance para 2008. No acumulado de janeiro a novembro, o segmento registra aumento de 11,33%. Este bom desempenho em 2008 resulta da expansão de preços e volume de produção, especialmente dos bovinos, suínos e leite. Embora o preço do frango apresente crescimento em 2008, a média de preços reais continua inferior ao observado em 2007. A agroindústria do agronegócio segue em dificuldades, registrando desempenho negativo de 0,48%, em novembro. Este recuo reflete as quedas das indústrias de base agrícola e pecuária, acumulando crescimento de apenas 0,69% no ano.

O segmento de distribuição do agronegócio registrou queda de 0,46% em novembro, acumulando expansão de 3,65% no ano. A maioria dos setores industriais/agropecuários já revelava perda no ritmo de atividade desde novembro de 2007. Para a CNA, o fato das maiores perdas ocorrerem nos segmentos de açúcar, calçados, beneficiamento de produtos vegetais, têxtil, vestuário, madeira e mobiliário reflete o efeito da perda de competitividade devido ao real muito valorizado até setembro.



**Governo reduz subsídios ao campo em 2008:** Para além da aversão dos bancos ao risco de emprestar ao setor rural em meio à crise financeira global, boa parte dos problemas de crédito enfrentados por produtores e cooperativas rurais durante o plantio da atual safra teve como componente a forte retração dos gastos do governo com subsídios para financiamento e equalização de juros nas operações de custeio e investimento rural e agroindustrial, inclusive no segmento familiar. A retração dos gastos públicos com subvenções prejudicou a alavancagem das operações de financiamento ao setor, reduzindo a oferta de crédito. De acordo com estudo inédito elaborado pelo Ministério da Agricultura com dados do Tesouro Nacional, as despesas do governo com subsídios ao crédito rural caíram 58,6%, em 2008 na comparação com o ano anterior. “Como em 2008 houve retração das *tradings* e dos fornecedores de insumos, houve redução desnecessária da oferta de crédito”, afirma o coordenador-geral de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, José Garcia Gasques. A decisão do governo reduziu em R\$ 1,32 bilhão o apoio público que poderia multiplicar os recursos no setor.



**Produção de frango é reduzida em 20%:** Empresas produtoras e exportadoras de carne de frango reduziram o alojamento de frangos para corte em até 20%. O objetivo é evitar uma superoferta de aves no mercado nacional, prejudicado pelo recuo das exportações em função da crise econômica mundial. A recomendação foi feita pelo Presidente da UBA (União Brasileira de Avicultura), Ariel Mendes, e está sendo seguida por produtores mineiros, que já amargam prejuízos entre 8% e 10%. Em janeiro, o alojamento total no país foi de 430 milhões de frangos para uma capacidade nacional instalada de 520 milhões de frangos. Para o presidente da Comissão Técnica de Avicultura da FAEMG, Tarcísio Franco do Amaral, o ideal seria, no máximo, 390 milhões de pintinhos alojados por mês. “A produção já caiu, mas ainda é preciso diminuir mais. A única maneira de melhorar o preço é reduzindo a oferta”, acredita. Segundo ele, além do freio nas exportações, pesa no bolso do produtor as altas dos insumos. A tonelada da soja, por exemplo, que em dezembro custava R\$ 600,00, hoje sai a R\$ 900,00. Já a saca do milho saltou de R\$ 17,00 para R\$ 20,00 no mesmo período.

## ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

*Resumo da Reunião de 17 de fevereiro de 2009*

*Tema: Agronegócio Brasileiro, Oportunidades e Obstáculos Logísticos*

*Palestrante: Luiz Antonio Fayet, Consultor de Infra-Estrutura e Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA*



O Sr. Coordenador Torres de Melo abriu a reunião, compôs a Mesa e chamou atenção para os temas de assuntos gerais, que iniciaram as reuniões do Agropacto do ano de 2009. Passou a palavra ao palestrante, que disse da sua satisfação em retornar ao Nordeste, além de rever amigos estar numa Casa na qual conviveu, o Banco do Brasil. Disse que o objetivo da CNA e da apresentação era mostrar que a solução do Brasil estava em colocar a renda na mão de quem produz. Iniciou sua exposição demonstrando a representatividade do agronegócio na economia do Brasil: 1/3 do PIB nacional, 40% do emprego, Potencial de geração de mais de 1.000 empregos a cada 18,5 (dezoito e meio) milhões de reais de acréscimo do PIB, Saldo da Balança Comercial do Agronegócio; 1999 – US\$ 13,3 bilhões, 2007 – US\$ 49,6 bilhões (total

US\$ 40,0); Relações aproximadas: exportações = 5x importações= 1. Apresentou a metodologia de trabalho da CNA: Identificação de Mercados, Aptidão e Competitividade da Produção e Competitividade Comercial. Efeitos Multiplicadores e Empregos na Agropecuária: Aumento de Produção de R\$ 18,5 Milhões (preços de dezembro de 2007), 387 empregos efeito renda, 186 empregos indiretos e 620 empregos diretos, num total de 1.193 empregos. Mostrou os números das exportações do agronegócio florestal, carnes (bovinos, suínos e aves) e soja num comparativo de 1996 e 2007, comprovando a tese de que não se tem mais onde produzir e que o maior potencial do Brasil é ter muitas terras para esse fim. Mostrou ainda o efeito Bush, com base em dados de 2006: EUA consumiu 500 bilhões/litros/ano de gasolina, Pretende substituir cerca de 20% por etanol em 10 anos = meta 100 bilhões/litros; Soma: BR + EUA = 35 bilhões/litros/ano = cerca de 80% da produção mundial; EUA 1 t de milho = 370 litros de etanol ou 3.200 litros/ha, Brasil 1 t de cana = 83 litros de etanol ou 6.800 litros/ha; o cumprimento da meta de 100 bilhões de litros vai abalar os suprimentos do mercado internacional de etanol, milho, soja, algodão e, numa fase posterior o de carnes; Brasil com 3,5 milhões/ha de cana produziu 17 bilhões/l de etanol – 2006 e prevê produzir 22 bilhões em 2008; tem cerca de 200 milhões de hectares de pastagens, das quais aproximadamente 100 milhões de baixo rendimento – degradadas. O Brasil, participação no comércio, no Ranking Mundial 2006: açúcar (41%), café (28%), suco de laranja (82%), carne de frango (39%), etc. Projetou um mapa com as novas rotas de escoamento – corredores Norte e os tempos

de navegação, por exemplo: São Luiz/Rotterdam: 13 a 14 dias, Paranaguá/Cingapura: 29 a 30 dias. Apresentou o Projeto TEGRAM – ITAQUI – SÃO LUÍS: capacidade atual de 2 milhões/t, capacidade final de 13 milhões/t, investimento público de 300 milhões de reais, investimento privado de 500 milhões de reais, incluindo retaguarda no interior. E os reflexos do projeto total são a redução de custos logísticos, redução da demanda de subsídios federais, alívio do Porto de Santos e aumento da renda rural. Apresentou um estudo especial sobre integração e comércio exterior – síntese, *Desobstruindo as Artérias*, de Maurício Mesquita Moreira, (Transporte para o Comércio e a Integração Regional. CNI/BID Brasília, 1º de Outubro de 2008). Paradoxo do setor rural: natureza favorável, vanguarda tecnológica mundial, preços internacionais elevados versus insolvência dos produtores. Fez uma panorâmica sobre a crise internacional, os mercados, a crise financeira, os financiamentos e a recuperação seletiva, e os problemas internos do Brasil: instabilidade jurídico institucional, tributação, infra-estrutura de transportes e logística, navegação de cabotagem, estatização e burocracia, política monetária/cambial, inflação – déficit público, política comercial, desestabilização do Mercosul, políticas anti-crise – automóveis, geladeiras, etc. Para o enfrentamento da crise: aumento da competitividade, redução dos custos logísticos (investimentos em infra-estrutura, racionalização de procedimentos, redução da carga tributária), liberação dos investimentos privados (anti-crise). Como pontos favoráveis do Brasil: equilíbrio energético, auto-suficiência alimentar, exportador de comida, energia automotiva, produtos florestais e minerais estratégicos, observando que a cada R\$ 18,5 milhões de acréscimo de PIB, a cadeia do agronegócio gera mais de 1 mil empregos (BNDES). Mostrou uma relação de temas trabalhados pela CNA da porteira para fora, tais como: Agências Reguladoras (ANTT e ANTAQ)- reformulação - PL 3337/2004, cabotagem, CAP – Conselhos de Autoridade Portuária - base legal e formas de atuação – Lei e 8630/93 - Classificação e certificação de mercadorias; e a participação permanente da CNA em diversos eventos, tais como: Camara Temática De Logística Do Agronegócio Do Ministério Da Agricultura , Comissão Portos Da Ação Empresarial E Aeb – Associação Do Comércio Exterior Do Brasil. Finalizou deixando o seu e-mail para contato: [fayet@uol.com.br](mailto:fayet@uol.com.br).

## Debates

O Sr. Coordenador abriu os debates perguntando sobre o corredor TEGRAM, se haveria tempo para explicação mais detalhada do que estava ali a acontecer em relação à produção de grãos. O Sr. palestrante disse que na produção de grãos no Brasil, o forte era soja e milho e fez as devidas explicações. O Sr. Flávio Saboya sugeriu incluir e mencionar o produto leite nas potencialidades do Nordeste. O Sr. Coordenador complementou acerca da pecuária e passou a palavra ao Sr. Aníbal Arruda, que falou sobre uma experiência que realiza com bagana e pedúnculo do caju e com uma ração peletizada e que o Ceará poderia ser o maior produtor de ovinos do Brasil utilizando esses produtos. O Sr. Chico do Calcário perguntou sobre a reclusa no Rio Parnaíba, Boa Esperança, se vai ter algum proveito para o Ceará, dado potencial da agricultura de soja existente ali. O Sr. palestrante, entre outras, respondeu: que não colocou laticínios na tabela que mostrou, porque ficou com produtos de maior volume, em 2007, entretanto atualmente as equipes da CNA entendem que esse

setor, assim como a pecuária, deverão ter grande avanço no mercado internacional; que talvez precisasse mudar o sistema de mobilização quanto à pergunta do Sr. Chico do Calcário. A Sra. Rosália Aguiar perguntou se a CNA, CNI e outros fizeram alguma contrapropostas ou complemento ao que estava exposto no PAC, que foi baseado na parte logística; sobre o leite, concordou com o Sr. Flávio Saboya e lembrou que no Ceará não tinha indústria de leite em pó, porque esta havia sido transferida para o Sudeste, e o que a CNA poderia fazer quanto a isso. Entre outras observações. O Sr. Antonio Bezerra Peixoto perguntou se colocaria uma política pública voltada para o fortalecimento dessa logística do Nordeste e em que termos. O Sr. Arthur dos Santos Júnior concordou com o palestrante que no agronegócio não faltavam recursos e sim a liquidez, pois olhando números do Banco do Brasil via-se que houve incremento de 37% nos recursos para custeio e investimentos. Perguntou se no andar da crise poderia ter revisão do governo em taxas de juros. O Sr. palestrante deu mais respostas: que estavam diminuindo competitividade interna cada vez que tiravam imposto, gerando ineficiência sistêmica que iria custar caro para a sociedade; que enviará o relatório de cabotagem feito no Ministério da Agricultura onde as questões estavam colocadas; que não adiantava colocar no PAC, que teria que saber quando iniciaria a obra; que o Nordeste tem um potencial grande de mercado que está sendo atendido de maneira cara; que o Brasil é dependente de insumos ao produtor, porque não conseguiu descobrir minas de potássio que propiciassem isso; que a legislação brasileira dificulta o desenvolvimento das pequenas e médias empresas e por isso os brasileiros estavam condenados por serem produtores e isso levava a grandes conglomerados internacionais se aventurarem; que o investimento em infra-estrutura era a grande medida anticrise que o Brasil tinha que adotar; mostrou dados de exportação por portos em 2007 e fez diversos esclarecimentos. O Sr. Pádua observou que o Brasil estava começando a fazer planejamento de longo prazo e por isso talvez ainda não tenha sedimentação de experiência, o que considerava grave, e fez outras considerações, entre elas sobre o potencial do Rio Parnaíba. O Sr. Wilson Moura fez algumas correções sobre a Transnordestina, que a mesma em seu início não tinha visão de atender o agronegócio, entre outras. O Sr. Coordenador fez ainda algumas colocações sobre o problema da cabotagem, sobre as alternativas de biocombustível que deveriam ser estudadas, tirando o ranço ideológico e sobre os objetivos das reuniões do Agropacto, que era o de informar. O Sr. palestrante disse que era um defensor das hidrovias e que estavam fazendo inversão de prioridades, que o parque tinha que se concentrar no problema logístico, porque o resto a economia privada fazia; que não faziam idéia do tanto que a legislação atual da construção naval e da cabotagem estavam prejudicando o Brasil; que teriam de aumentar a riqueza por metro quadrado e assim ir multiplicando as oportunidades naturais. Após os esclarecimentos solicitados durante os debates, o Sr. palestrante agradeceu novamente a oportunidade e o Sr. Coordenador agradeceu a sua presença, a atenção de todos os presentes e encerrou a reunião.